



# XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

A REDE URBANA E OS GRANDES INVESTIMENTOS NO ESPÍRITO SANTO ONTEM E HOJE:  
PISTAS PARA REFLEXÃO

**Adilson Pereira de Oliveira Junior** (Instituto Jones dos Santos Neves) - [adilson.pereira@ijsn.es.gov.br](mailto:adilson.pereira@ijsn.es.gov.br)  
*Arquiteto-Urbanista, Mestre em Geografia, Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais - Instituto Jones dos Santos Neves - Governo do Estado do Espírito Santo*

**Latussa Laranja Monteiro** (Instituto Jones dos Santos Neves) - [latussa.laranja@ijsn.es.gov.br](mailto:latussa.laranja@ijsn.es.gov.br)  
*Arquiteta-Urbanista, Mestre em Urbanismo, Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais - Instituto Jones dos Santos Neves - Governo do Estado do Espírito Santo*

**Caroline Jabour França** (Instituto Jones dos Santos Neves) - [caroline.jabour@ijsn.es.gov.br](mailto:caroline.jabour@ijsn.es.gov.br)  
*Arquiteta-Urbanista, Doutora em Planejamento Regional, Assessora da Presidência - Instituto Jones dos Santos Neves - Governo do Estado do Espírito Santo*

## **Apresentação**

Na década de 70, dentro da linha desenvolvimentista de descentralização da produção da ditadura militar, grandes investimentos modificaram profundamente a estrutura sócio econômica e territorial do estado do Espírito Santo.

Os então chamados grandes projetos industriais (Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Aracruz Celulose, Samarco Mineração) localizados predominantemente no litoral e notadamente na capital Vitória, imprimiram desde o início de sua efetivação e ao longo do tempo, um caráter de forte concentração da maioria da riqueza gerada no estado num pequeno ponto de seu território, a região metropolitana da Grande Vitória.

Além disso, a mudança da localização dos empregos fez surgir novos eixos e gerou a transformação da ocupação do território de modo a produzir o espraiamento da ocupação urbana com acentuadas discrepâncias em seu interior, sobretudo geradas pela pressão sobre as áreas ambientalmente frágeis, única opção de moradia dos menos favorecidos.

Atualmente, o estado vive a eminência de chegada de um segundo *boom* de investimentos proporcionalmente tão vultosos quanto os anteriores, ligados principalmente à produção e exportação de commodities, da mesma forma que no primeiro ciclo.

Na esteira desses investimentos, as transformações advindas das atividades industriais podem ter impactos significativos no desenvolvimento futuro das cidades, haja vista o ocorrido na Região Metropolitana da Grande Vitória em décadas anteriores.

O que se percebe é que muitas vezes o planejamento/ordenamento do território não consegue acompanhar a dinâmica de crescimento das cidades necessitando investimentos públicos *a posteriori* em saneamento e urbanização de áreas ocupadas, com enormes perdas ambientais e paisagísticas.

Este documento pretende traçar paralelos entre os pontos convergentes (novos grandes investimentos de base industrial-portuária) e os pontos divergentes (questões ligadas à sustentabilidade e gestão democrática do planejamento urbano local) nos dois períodos de análise, lançando pistas de investigação quanto à questão urbana. Entre o exemplo do passado recente, e as mudanças esperadas, algumas questões se levantam: Hoje os grandes investimentos são capazes de formar uma nova metrópole, ou apenas uma expansão da RMGV em direção ao litoral sul? Os municípios do sul do estado estão preparados para absorver as demandas urbanas advindas desses novos investimentos?

## **A RM de Vitória antes e depois dos Grandes Projetos**

Até 1950, a população de Vitória era de aproximadamente 50 mil habitantes, enquanto o Espírito Santo contava com aproximadamente 860 mil habitantes.

A partir da década de 60 começa a ocorrer a ruptura da cidade tradicional e a se configurar uma nova estrutura urbana, de caráter eminentemente metropolitano, em consequência do forte êxodo rural causado pela erradicação dos cafezais do estado, e de sucessivos investimentos para a instalação dos novos equipamentos industriais, de transporte e infraestrutura urbana concentrados no litoral e, sobretudo, ao redor da capital.

A erradicação dos cafezais causou enorme impacto numa produção baseada na pequena propriedade de base familiar, que constituía 70 % da renda estadual de então. Além de mudanças na estrutura da propriedade da terra e na produção agrícola (pecuária extensiva), ocasionou a expulsão de trabalhadores que buscaram a sobrevivência na cidade (IPEA/IBGE/UNICAMP, 1992, p 48).

Aliada à crise agrária, outro fator que explica a rápida expansão de Vitória é a chegada de grandes investimentos, os chamados Grandes Projetos (ABE, 1999) também a partir dos anos 60. Embora levem plantas industriais a outros municípios, como Cachoeiro de Itapemirim (Fábrica de Cimento), Anchieta (Samarco Mineração) e Aracruz (Aracruz Celulose), a concentração ao redor de Vitória, notadamente em Cariacica e Serra, fez com que esses municípios recebessem um grande contingente de população. É nesse período que Vitória, Cariacica, Vila Velha e Serra iniciam seu *boom* de crescimento populacional.

Sabe-se que esta época vivíamos no Brasil um regime ditatorial no qual um Estado militarizado detinha as rédeas da sociedade, inclusive quanto ao ordenamento do território. As estratégias estatais podem ser bem visualizadas a partir dos PNDs (Plano Nacional de Desenvolvimento). Enquanto o I PND buscava modernizar a agricultura, o II PND tinha como foco principal descentralizar as atividades industriais (MOREIRA, 2004), no qual o estado do Espírito Santo estava incluído.

Entre 1969 e 1979 foram construídas seis usinas de pelotização de minério de ferro pela Companhia Vale do Rio Doce com investimento de US\$ 1 bilhão. Também em 1969 foi feita a descoberta de petróleo no campo de São Mateus, sendo a exploração iniciada em 1973, quando também se faz a descoberta de gás natural, que passa a abastecer as indústrias da Grande Vitória através de um gasoduto concluído em 1984.

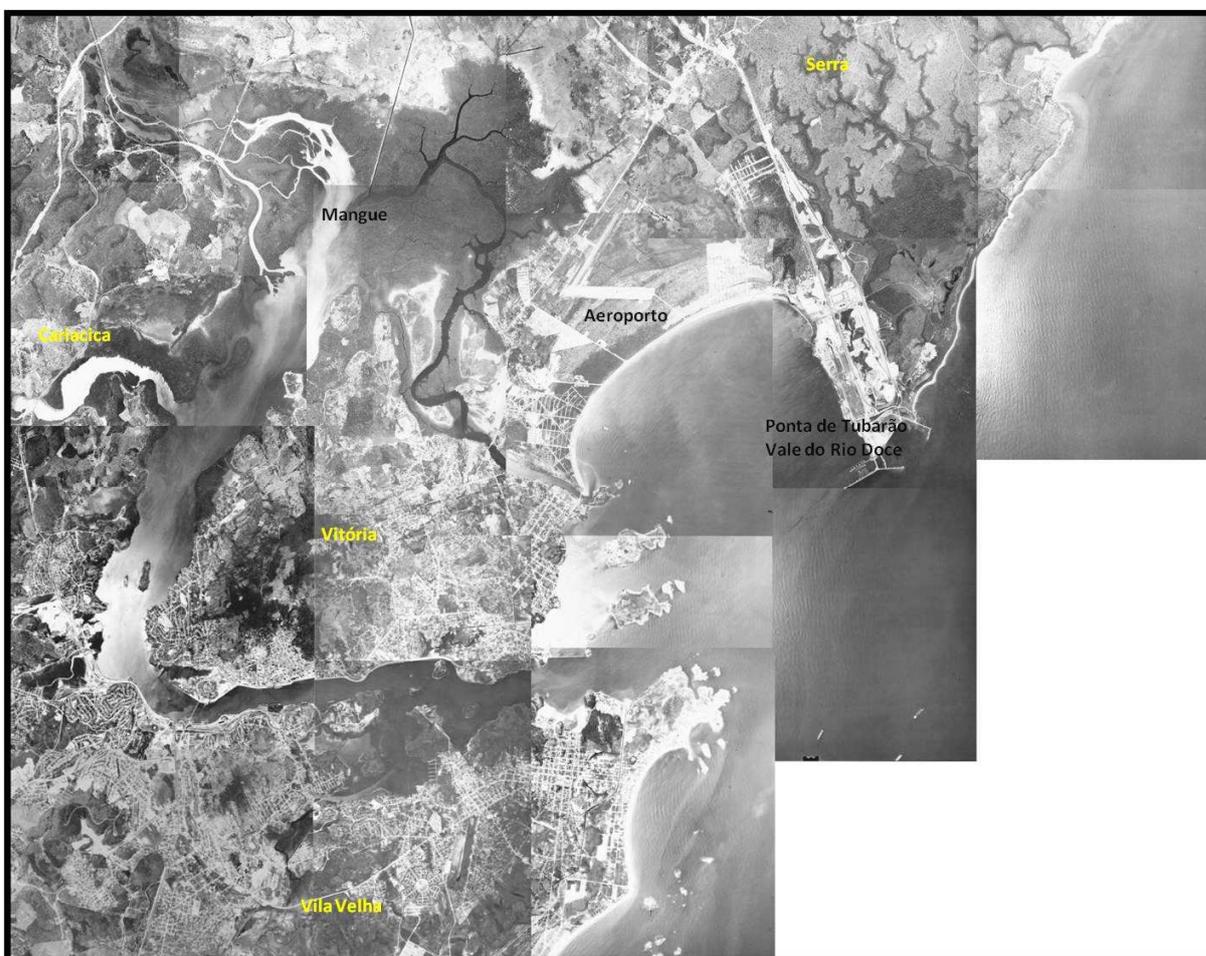
Completa o quadro de investimentos principais a implantação e operação da Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST, atual Arcelor Mittal, em 1983 no município de Serra, com investimentos da ordem de US\$ 3 bilhões e suas posteriores ampliações.

Esses fatores constituíram os principais elementos estruturantes do desenvolvimento do Espírito Santo, no qual a Região Metropolitana da Grande Vitória, criada oficialmente em 1995<sup>i</sup> assumiu o papel de principal centro urbano do Estado, capaz de exercer influência para além de sua área conurbada, configurando novas interações de atividades sobre o território e a criação de novos vínculos entre várias localidades mais afastadas e a Capital.

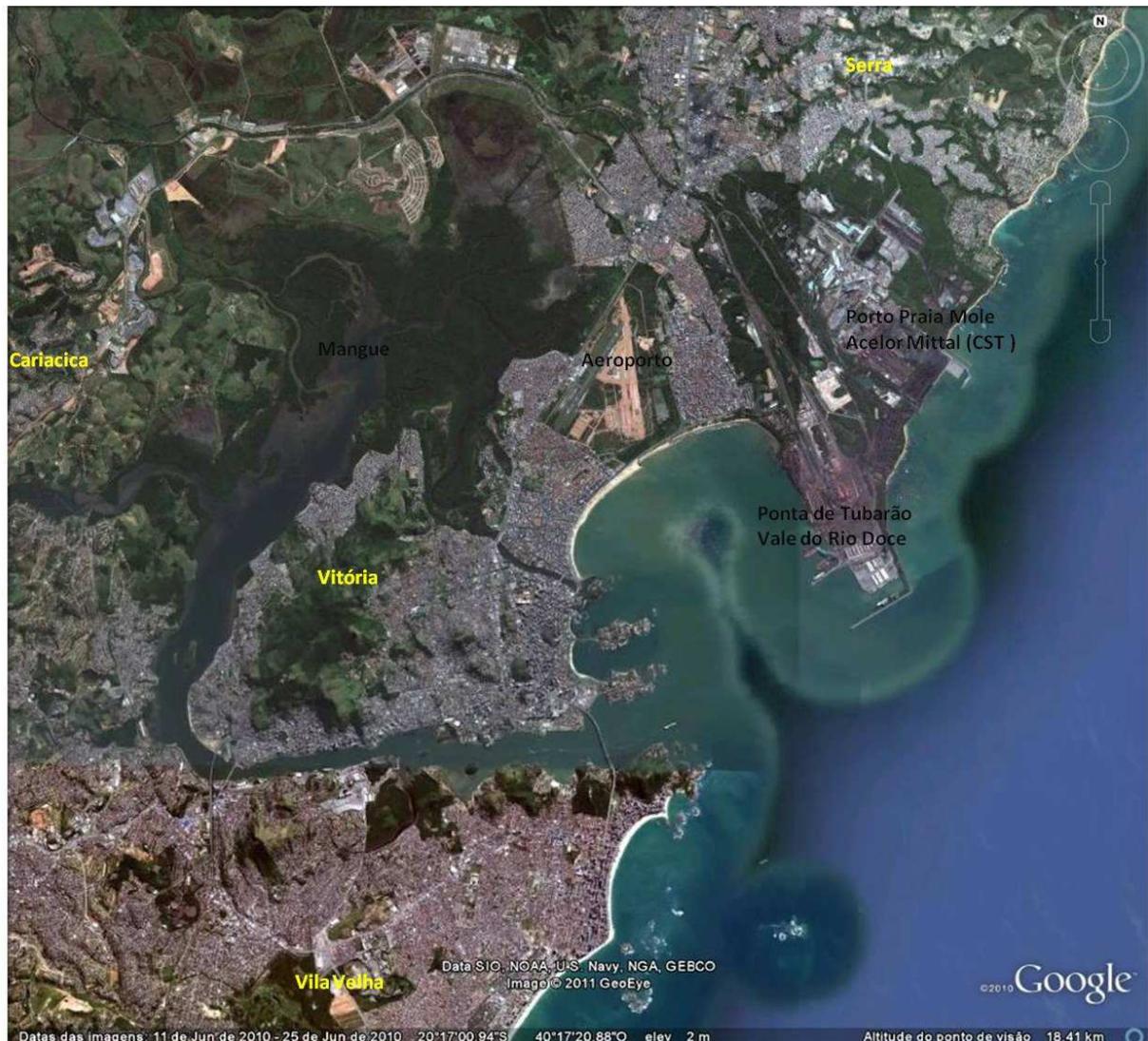
Se em 1960 o recenseamento nacional contou pouco mais de 216 mil habitantes nos sete municípios que atualmente compõem a RMGV, no Censo 2010 foi apontada uma população de quase 1,7 milhões de habitantes, sendo que 90% desse total está concentrado nos quatro municípios conurbados, a saber, Vila Velha, Serra, Cariacica e Vitória. Hoje a RMGV concentra cerca de 60% do PIB e quase a metade da população estadual em 5% de seu território.

Na esteira dessas mudanças, o espaço urbano sofreu modificações drásticas: a expansão da malha existente, a pressão por novas áreas de moradia, infraestrutura e transportes. A denominada Micro Região Homogênea de Vitória (IBGE, 1970), composta por Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana não era suficiente para comportar a massa populacional que ali buscou se estabelecer. Se por um lado isso levou à solução integrada, como o planejamento da oferta de transporte coletivo metropolitano com tarifação única, levou igualmente à ocupação de áreas ambientalmente frágeis, dentro de um panorama mais abrangente de exclusão dos mais pobres à oferta habitacional no período de maior crescimento demográfico.

*As figuras a seguir, centradas em Vitória, mostram a expansão da malha urbana entre 1970 e 2010.*



Fonte: Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - Idaf



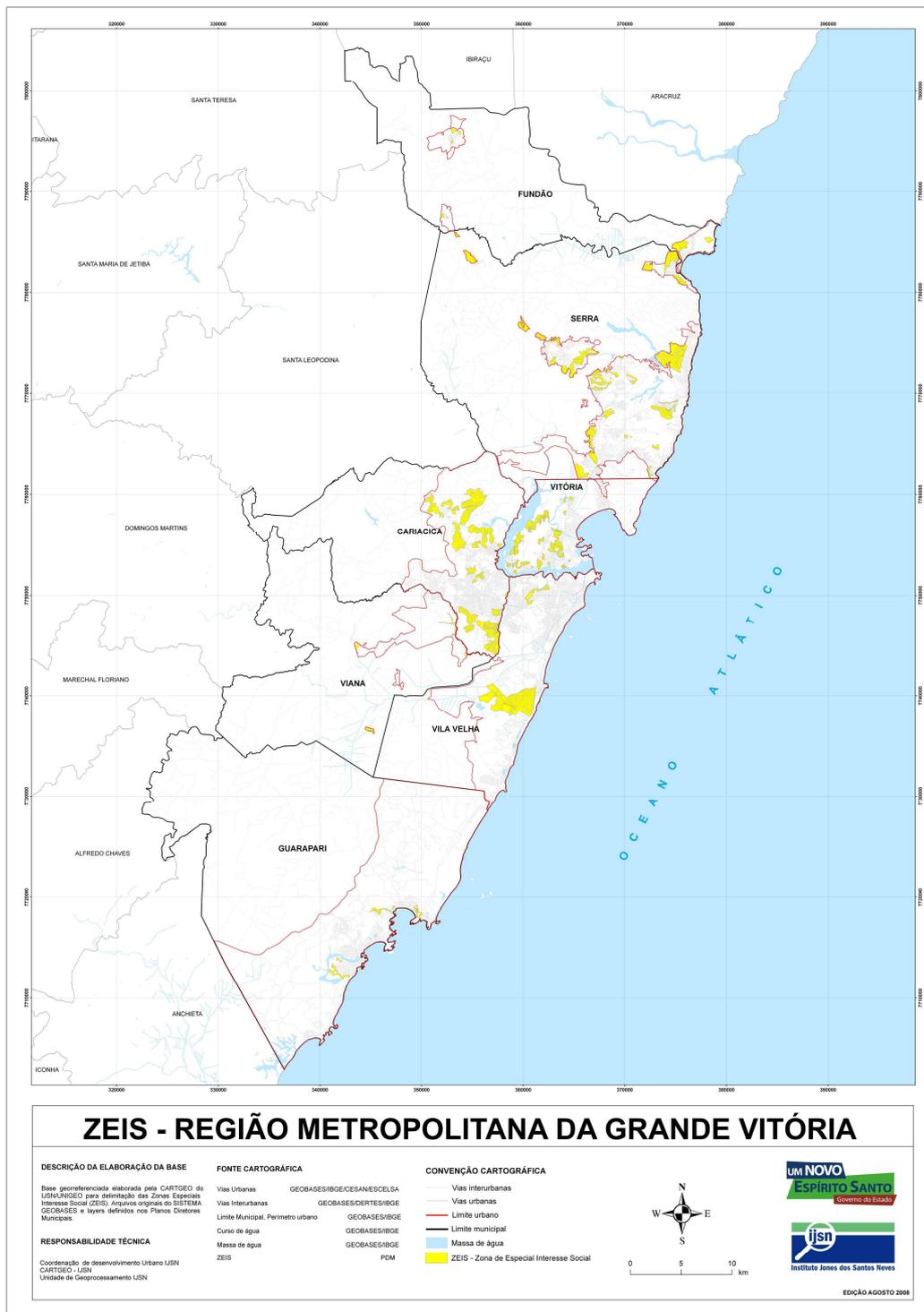
Fonte: Google Earth, acesso em 29/12/10

Duas das empresas instaladas, a CVRD e a CST, localizam-se na ponta de Tubarão, limite entre os municípios de Vitória e Serra. Tal localização trouxe alguns impactos sentido atualmente, tais como: adensamento populacional de uma região praticamente inabitada até então (parte continental de Vitória e região de Carapina, na Serra); poluição atmosférica em níveis bem superiores ao exigido na capital do estado por conta do vento predominantemente nordeste.

A capital do estado foi alvo de inúmeros planos de remodelação e urbanização, com a realização de aterros em vários pontos da cidade o que causou a redefinição de seus limites com as águas e expandiu a capacidade de ocupação da área nobre da cidade. Além disso, foi aterrada grande extensão de mangue a noroeste, à época utilizado como "lixão" da cidade, então ocupada por população de baixa renda.

Como resultado o território mostra um grande passivo urbano em aberto até os dias atuais, em que ainda se equaciona, por exemplo, a coleta e tratamento de esgotos e a poluição dos recursos hídricos (fluvial e marítimo), ao mesmo tempo em que se aprofundam as questões ligadas à violência urbana e aos problemas de mobilidade.

O mapa abaixo mostra o resultado do esforço de mapeamento conjunto das ZEIS's na Região Metropolitana de Vitória, e serve como parâmetro de visualização da proporção urbana do território ainda em estado de precariedade.



## A rede urbana capixaba: um olhar para o sul

Na tentativa de *otimizar* e redistribuir os investimentos previstos equilibrar a distribuição da riqueza gerada, o Governo do Estado, dentro do *Plano de Desenvolvimento ES 2025*, o planejamento estratégico do Estado, estabeleceu o “desenvolvimento da rede de cidades” como um dos projetos estruturantes

De fato, os pólos da rede urbana capixaba estão altamente concentrados ao longo da faixa litorânea, apresentando uma região metropolitana que agrega a maioria das instituições e serviços. Entender, portanto, o conceito de rede urbana é fundamental para se compreender como se estrutura a dinâmica das relações intermunicipais no cenário atual.

A rede urbana é baseada na “*polarização de pontos de atração e difusão*” (SANTOS, 1996, p. 177) a partir do qual recursos materiais e imateriais transitam de modo a permitir o funcionamento da sociedade. É nesta rede que percebemos os *fixos* (bases técnicas) e os *fluxos*, que conferem de modo concomitante a estabilidade e a dinamicidade que a caracterizam.

Nas palavras de Milton Santos:

*Animadas por fluxos, que dominam o seu imaginário, as redes não prescindem de fixos – que constituem suas bases técnicas - mesmo quando esses fixos são pontos. Assim, as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas. Fixos e fluxos são intercorrentes, interdependentes. Ativas e não-passivas, as redes não têm em si mesmas seu princípio dinâmico, que é o movimento social (Santos, 1996, p.188).*

Os fixos seriam, portanto, os nós da rede, que dão suporte ao seu funcionamento, de modo os mais densos são aqueles que tem maior capacidade de atrair atividades, investimentos e contingente humano. De outro lado, os fluxos são que animam o funcionamento da rede, a partir do transporte de pessoas mercadorias e informação. A capacidade que as cidades tem de armazenar o contingente transportado é que retrata o quão planejado é o território.

Os estudos sobre a rede urbana brasileira tiveram início no final da década de 60, promovidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A primeira publicação foi o documento *Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas 1968*; a seguir foi elaborado o *Regiões de Influência das Cidades*, publicado em 1987. Este último teve novas versões em 1993 e 2007. Na década de 90, além dos estudos do IBGE, podem-se destacar outros trabalhos como o *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e o *Proposta de Regionalização do Brasil*, realizado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR).

Nos estudos mais recentes que contemplam os aspectos de polarização da rede urbana – *Região de Influência das Cidades 2007 (REGIC)* e *Caracterização e Tendências da Rede*

Urbana do Brasil (CTRUB) – se destacam como pólos no Espírito Santo a Região Metropolitana da Grande Vitória e as cidades de Cachoeiro de Itapemirim e Linhares (classificadas em ambos os trabalhos), Colatina e São Mateus (classificadas apenas no REGIC).

O ES 2025 considera como principais nós dessa rede, numa visão estratégica de futuro, a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e as cidades de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, São Mateus e Nova Venécia, e considera como polos potenciais Aracruz e Anchieta,

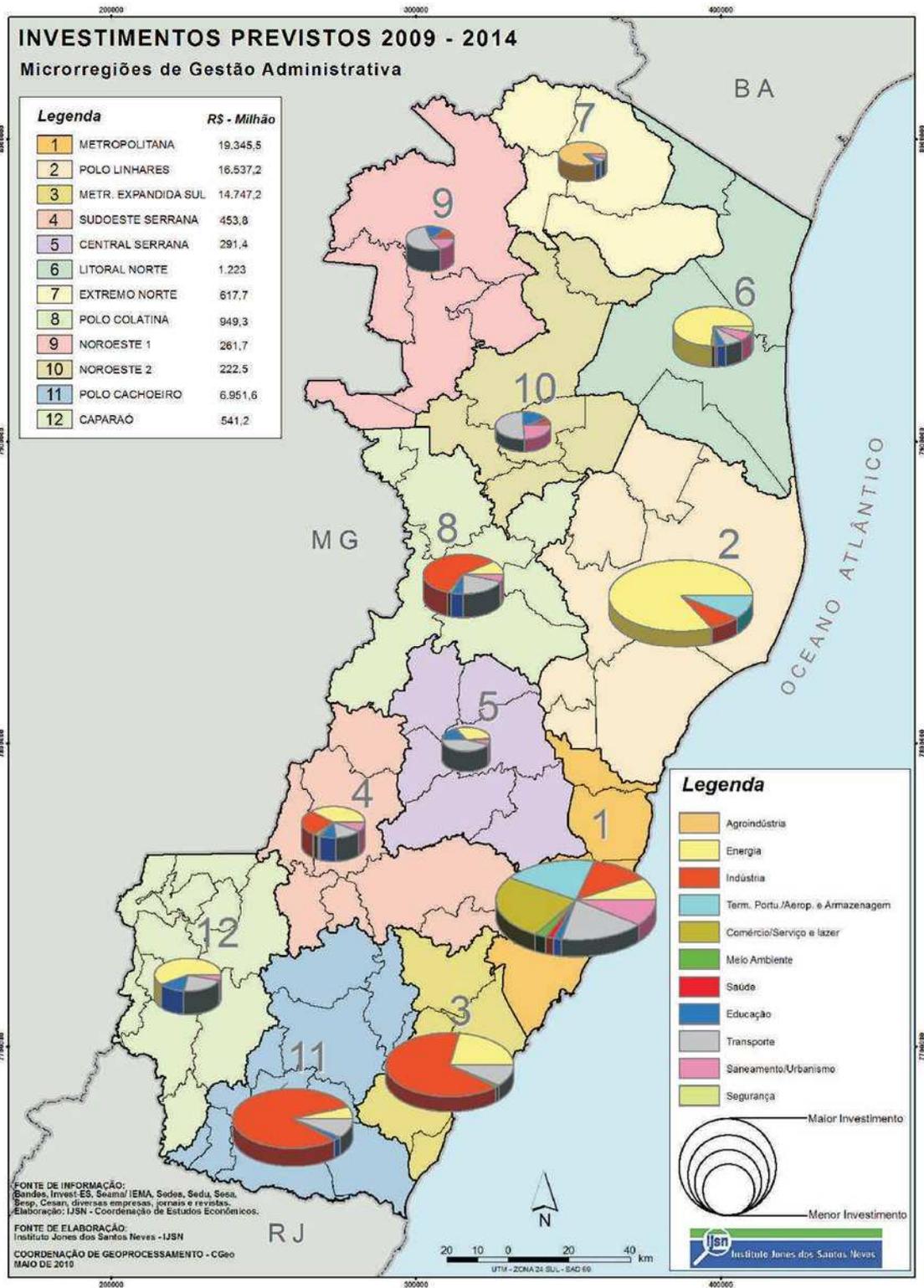
Em 2007, dois anúncios colocaram o Sul em evidência: o interesse de implantação do consócio siderúrgico entre a chinesa Baosteel e a Companhia Vale do Rio Doce, denominado Companhia Siderúrgica de Vitória (CSV), localizada em Anchieta e o anúncio da descoberta comprovada da camada de petróleo pré-sal no litoral sul e sudeste do Brasil, com especial interesse do governo federal em iniciar a exploração pelo litoral sul capixaba.

De fato, o debate que vem se fazendo desde 2006, quando foi elaborado o Plano Estratégico ES 2025 pelo governo estadual, é a descentralização da economia capixaba, com especial atenção às polaridades emergentes de Anchieta e Aracruz, que se favorecem por já deterem estruturas portuárias.

A atenção especial a Sul justifica-se também por contraposição à situação do norte do Estado do Espírito Santo, que integra a área de influência da SUDENE, contemplando os municípios de Linhares e São Mateus com incentivos fiscais via Imposto de Renda a pagar, benefício que permitiu uma maior atratividade para investimentos e novos projetos. A atração de empresas para o Norte do estado foi simultânea à estagnação do Sul.

Segundo os dados da publicação *Investimentos previstos para o Espírito Santo 2009-2014* (IJSN, 2009) no Espírito Santo se observa uma mudança no fluxo dos investimentos para outras regiões do Estado, além da Região Metropolitana (31,1% dos investimentos), que sempre concentrou a maior parcela dos investimentos no Espírito Santo.

É possível observar como mais evidentes os sinais de desconcentração econômica da Região Metropolitana para microrregião Pólo Linhares (26,6% dos investimentos) e MetrÓpole Expandida Sul (23,7% dos investimentos) e em menor intensidade, para microrregião Pólo Cachoeiro (11,2% dos investimentos). No entanto, essas quatro microrregiões (de um total de doze) receberão 92,6% dos investimentos do governo estadual, o que demonstra que ainda há uma grande concentração, mesmo que relativa.



Nesse quadro importa refletir se as demandas urbanas advindas da efetivação desses investimentos no Sul do Espírito Santo podem ser supridas em tempo hábil, uma vez que as velocidades da iniciativa privada e do poder público são diferentes.

Apesar da influência de fatores como turismo, instalações públicas, administração civil, etc. no processo de urbanização de centros, as funções mais importantes são as relacionadas ao processo produtivo, exatamente aquelas que estão previstas.

Segundo Egler, (IPEA/UNICAMP/IBGE, 2002), a urbanização pode ser caracterizada por dois movimentos simultâneos: concentração e centralização. A concentração está relacionada ao processo de urbanização das cidades e a centralização no desenvolvimento desigual dos centros urbanos: os grandes centros urbanos fornecem serviços especializados e têm produtividade superior à encontrada em centros menores, o que origina uma rede de centros urbanos de distintos tamanhos de cidades, numa distribuição irregular sobre o espaço, “com centros de maior ou menor influência no território” (Crocco & Ruiz, 2008, p. 7).

Assim, o “lugar central” está diretamente relacionado à densidade de população e às atividades econômicas existentes, como comércio atacadista e varejista, serviços bancários, organizações de negócios, serviços administrativos, facilidades de educação e diversão, etc. A ordem hierárquica de um bem ou função “é tão maior quanto mais sofisticado for e maior for sua área de mercado” (Crocco & Ruiz, 2008, p. 9).

Ao se observar o município de Anchieta, como exemplo, uma vez que a localização da maioria dos investimentos está prevista para seu território, situado entre da RMGV e Cachoerio de Itapemirim, dois dos principais polos estaduais, coloca-se a dúvida: o desenvolvimento econômico constituirá ferramenta para o surgimento de um novo polo, ou será absorvido pela área de influência da Região Metropolitana de Vitória? Como garantir o desenvolvimento socialmente equilibrado do lugar e da região? Tais questões são pertinentes sobretudo para se evitar a constituição de um quadro semelhante àquele causado pelo inchaço repentino da malha urbana ao redor de Vitória nas décadas de 60 e seguintes.

### **Anchieta, uma aproximação**

O primeiro povoado fundado, em 1579, pelos colonizadores portugueses na região onde se assenta o atual município de Anchieta foi batizado com o nome de Iiritiba. Em 1759, o povoado foi elevado à categoria de vila, passando a se denominar Benevente. Ainda em 1761 tal vila passou a distrito sede do município de Benevente. Uma lei provincial de 1887 mudou o nome do município para Anchieta, em homenagem ao padre jesuíta fundador da vila de Iiritiba, José de Anchieta. No entanto, apenas em 1921 uma lei estadual confirmou a mudança de nome da municipalidade.

Com uma população de 23.894 habitantes em 2010, Anchieta se caracteriza por uma grande importância do setor primário, com destaque à agricultura familiar e à pesca, um

setor secundário com índices fortemente influenciados pela presença de uma grande planta industrial, a Samarco Mineração e um setor terciário marcado pela vocação turística de seu litoral. Cerca 76% da população se localiza na área urbana (IBGE, 2010), seu PIB per capita saltou de R\$ 25.293,00 em 2002 para R\$ 59.439,00 em 2006, fortemente influenciado pela mesma mineradora.

Do mesmo modo, embora em número de empresas o gênero alimentício até final da década de 1990 tenha despontado como o mais significativo do município, com 31% das plantas industriais, em número de empregos gerados, o gênero processamento de minerais desponta com mais de 70% dos postos de trabalho do setor secundário no município.

### **Fatores ambientais e urbanísticos**

Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, começa a se estruturar uma discussão quanto à elaboração de mecanismos de contrabalanceiem os impactos da ação antrópica no planeta, principalmente no que se refere às atividades industriais. No entanto, é somente em 1992 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida com Rio-92 ou Eco-92, que tal preocupação tomou corpo, a partir da elaboração de uma série de documentos, como a Agenda 21, que, dentre outras coisas, objetivava apontar diretrizes para a redução dos impactos da atividade industrial a partir de uma mudança no paradigma de desenvolvimento. Entre essas duas conferências internacionais, a legislação brasileira já havia sofrido modificações, dentre as quais a exigência de elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), pela Resolução Conama n.º 001/86 de 23/01/1986 e pelo artº 225, § 1º, IV da Constituição Federal, este último a partir da seguinte redação: "(... ) incumbe ao Poder Público: IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade" (Brasil, 1988).

Nesse sentido, uma diferença que se percebe entre os dois momentos enfocados no presente artigo – a década de 1970 e o momento atual – marcados pela vultuosidade dos investimentos na atividade industrial, são as exigências de ordem ambiental para o licenciamento das plantas industriais.

O principal efeito dessas prerrogativas ambientais se fez sentir, no quadro em questão, quando, a partir da análise da capacidade de suporte dos recursos hídricos da região, foi vetada a implantação da CSV, o que foi seguido pelo proposta de instalação de uma planta siderúrgica da própria Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU), com a metade da capacidade do projeto original (CSV) cujo processo de licenciamento ambiental se encontra em adiantado estágio de tramitação, tendo sido

decretada como de utilidade pública. Além disso, a Samarco Mineração, que inaugurou sua terceira usina em 2008, pretende já em 2011 iniciar a construção da quarta usina de pelotização.

Com a democratização da sociedade e a evolução das discussões em torno das preocupações sócio-ambientais o esperado é que os projetos que compõem o atual ciclo de desenvolvimento industrial capixaba se adequem às exigências postas pelos condicionantes exigidos pelo quadro técnico dos órgãos ambientais. O risco é que o poder político-econômico das grandes corporações se sobreponha aos interesses da sociedade e que as determinações técnicas tenham que se adequar e se diluir às suas necessidades. No entanto, os movimentos sociais que se aglomeram em torno da luta contra os impactos oriundos da instalação de indústrias de grande porte, se não têm o poder de evitá-los ao menos podem minimizá-los.

Em Anchieta, o Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (GAMA) que faz parte do movimento Anchieta Transparente elaborou um relatório que apresenta mais de 70 questionamentos quanto aos impactos à saúde, economia, turismo, rios e áreas protegidas, além de inchaço populacional, aumento da violência e poluição do ar que seriam causados pela implantação da CSU (CSU: RELATÓRIO QUE CONTESTA PROJETO ENUMERA IMPACTOS PREVISTOS PARA O SUL, 2010). Outro papel importante é o do Ministério Público Estadual que, por exemplo, no Rio de Janeiro, denunciou a recém criada Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) por quatro crimes ambientais, o mais grave deles o derramamento de ferro-gusa em poços ao ar livre, sem controle de emissões. Tal denúncia levou a Secretaria Estadual do Ambiente a multar a empresa em 2 milhões de reais, o que também põe em risco a concessão da licença definitiva de operação, segundo a própria Secretária Marilene Ramos (SIDERÚRGICA DA VALE E THYSSEN NO RIO DEVE SER MULTADA NOVAMENTE, 2010).

Ainda no quadro legal, está o marco jurídico do Estatuto da Cidade, Lei nº 10257/2001, que ao regulamentar os artigos 182 e 183 da constituição federal de 1988, estabelece as diretrizes gerais da política urbana, cujo objetivo “*é ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana*” (Ministério das Cidades, 2001).

Dentre suas diretrizes, estão colocadas a garantia do direito a cidades sustentáveis e a gestão democrática na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Assim, de maneira complementar à legislação ambiental, a depender do exposto pelos planos de ordenamento, em especial o Plano Diretor, principal instrumento do Planejamento Municipal, podem se utilizar os instrumentos trazidos pelo Estatuto como forma de se atingir um melhor desenvolvimento local.

Como outro ponto de diferenciação, vale lembrar que também estão previstos investimentos em habitação e saneamento, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal - PAC, o que pode representar uma diferença estratégica entre um e outro momento de industrialização do estado<sup>ii</sup>.

### **Questões para o futuro**

Ainda assim, cabe investigar a capacidade de gestão dos municípios, incluída aí a capacidade de gestão democrática do planejamento urbano, e o nível de organização da sociedade civil, para se garantir o desenvolvimento *pari passu* ou menos desigual, da malha urbana, com atenção especial à habitação e à proteção dos atributos ambientais e paisagísticos que compõem.

As condicionantes de implantação também têm papel preponderante na constituição urbana, podendo alavancar fatores como educação, saúde e redes de infraestrutura necessárias ao atendimento do contingente populacional esperado.

### **Referência Bibliográficas**

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. Participações Governamentais. ANP, 2009. Disponível em: [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br). Acesso em: 27 de dezembro de 2010.

BARBOSA, I.B.M. *O lugar no contexto das redes globais: o pólo industrial e de serviços de Anchieta, ES – uma paisagem em transformação*. Universidade Federal de São Paulo, FAUUSP, 2010 [tese de doutorado].

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1988.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANJAMENTO REGIONAL. *Plano de Desenvolvimento da Rede de Cidades do Espírito Santo. Relatórios 7 e 8: redes de cidades e perspectivas e regionalização 2025*. Belo Horizonte, 2010.

\_\_\_\_\_. *Proposta de Regionalização do Brasil*. Belo Horizonte, 1990

CROCCO, M.; RUIZ, R.; CAVALCANTE, A. *Rede e Polarização Urbana e Financeira: um estudo exploratório para o Brasil*. In: XIII Encontro Nacional de Economia Política, 2008, João Pessoa. Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política da SEP, 2008.

CSU: RELATÓRIO QUE CONTESTA PROJETO ENUMERA IMPACTOS PREVISTOS PARA O SUL, 2010. *Século Diário*, 29 de outubro de 2010. Disponível em: [http://www.seculodiario.com/exibir\\_not.asp?id=6977](http://www.seculodiario.com/exibir_not.asp?id=6977). Acesso em: 27 de dezembro de 2010.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Anuário Estatístico do Espírito Santo*, ano VII. Vitória, DEE, 1961.

\_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico do Espírito Santo*, ano XVII. Vitória, DEE, 1971.

IMPACTO AMBIENTAL VETA BAOSTEEL EM ANCHIETA. A Gazeta. Vitória: 27 de novembro de 2008. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2008/11/36364impacto+ambiental+veta+baosteel+em+anchieta.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IPEA/UNICAMP/IBGE). *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. Brasília: IPEA, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Banco de Dados Agregados*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?t=3&z=t&o=23&u1=29&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1>. Acesso em: 10 de setembro de 2009.

\_\_\_\_\_. *Divisão do Brasil em Microrregiões homogêneas em 1968*. Rio de Janeiro, 1970

\_\_\_\_\_. *Regiões de Influência das Cidades*. Rio de Janeiro, 1987

\_\_\_\_\_. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. IPEA, Rio de Janeiro, 1990

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 27 de dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico do Espírito Santo. VIII Recenseamento Geral de 1970. Vol. I*, Tomo XV, Rio de Janeiro, 1970.

\_\_\_\_\_. *Região de Influência das Cidades 2007*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>. Acesso em 27 de dezembro de 2010.

INSTITUTO JONES DO SANTOS NEVES. *Elementos para os Diagnósticos Municipais*. Vitória: IJSN, 2000a.

\_\_\_\_\_. *Região Litoral Sul: indicativos para o desenvolvimento. Anchieta, Guarapari, Itapemirim, Marataízes, Piúma, Presidente Kennedy*. Vitória: IJSN, 2000b.

\_\_\_\_\_. *Investimentos Previstos para o Espírito Santo 2009-a 2014*. Vitória: IJSN, 2010

\_\_\_\_\_. *Microrregiões Administrativas de Gestão: diagnósticos sintéticos em vista da elaboração do Plano Plurianual (PPA)*. Vitória: IJSN, 2003.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Resolução Conama. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 27 de dezembro de 2010.

MOREIRA, Ruy. “A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro”. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. Brasil, Século

XX – por uma nova regionalização. São Paulo: Max Limonad, 2004.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SCARIM, Paulo César. *Territorialidades em conflito na construção do espaço agrário capixaba. O desenvolvimento em questão*. Niterói-RJ, Universidade Federal Fluminense/PPGEO, 2009. [Tese de Doutorado]

SIDERÚRGICA DA VALE E THYSSEN NO RIO DEVE SER MULTADA NOVAMENTE, 2010. *O Globo*, 27 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/12/27/siderurgica-da-vale-thyssen-no-rio-deve-ser-multada-novamente-923361147.asp>. Acesso em: 03 de janeiro de 2011.

SOARES, Murilo Rodrigues. Incentivos fiscais nas décadas de 1950 a 1980 destinados à Região Sudeste. Estudo para a Câmara dos Deputados. Brasília, 2004. 18p.

VESCOVI, A.P.; JABOUR DE FRANÇA, C. Aspectos Sociais Econômicos e Urbanos da Região Metropolitana da Grande Vitória, Revista do Condevit, ano 1, edição 1, p.60-65. dez.2008.

---

<sup>i</sup> A Região Metropolitana da Grande Vitória foi oficialmente criada pela Lei Complementar nº 58 de 1995, integrando os municípios de Vitória, Cariacica, Serra, Viana e Vila Velha. Posteriormente, foram incorporados Guarapari e Fundão.

<sup>ii</sup> Está em curso no IJRN pesquisa que busca entender a ligação entre os investimentos do PAC e as demais políticas territoriais.